



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1009773-13.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação**
 Requerente: **José Francisco da Silva**
 Requerido: **Banco BMG S/A. e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Dispensado o relatório. Decido.

O autor é analfabeto, mal sabendo escrever o próprio nome.

A prova oral evidenciou que a contratação do empréstimo através da utilização da margem consignável para cartão de crédito com o depósito em sua conta bancária – págs. 84/85, 86/88 e 97 – deu-se sem que o autor tivesse conhecimento a propósito da natureza do contrato. Imaginou o autor que o montante depositado em sua conta corresponderia a um 'direito' seu de aposentado, não a valor emprestado com juros.

Esse elemento mostra com clareza que não foi respeitado o direito básico previsto no art. 6º, III do Código de Defesa do Consumidor: "São direitos básicos do consumidor ... a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem".

Tratou-se de prática abusiva dos fornecedores, prevista no art. 39, IV do Código de Defesa do Consumidor: "É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas ... prevalecer-se da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista sua



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

idade, saúde, conhecimento ou condição social, para impingir-lhe seus produtos ou serviços."

A responsabilidade dos réus é solidária, arts. 7º, parágrafo único e 25, § 1º do Código de Defesa do Consumidor.

Com toda a vênia aos réus, resulta claro que o autor não estava adequadamente informado quando contratou.

Como consequência, é de rigor a invalidação do contrato, devendo (a) o autor devolver o montante que foi depositado em sua conta, R\$ 1.429,00 (pág. 97), com atualização mas sem juros porque não lhe pode ser imputada, e sim aos réus, a anulação (b) os fornecedores serem condenados na obrigação de pagar a quantia equivalente a cada desconto efetuado a título de pagamento pela obrigação contraída com o empréstimo, com atualização monetária desde a data do respectivo desconto em folha, e juros moratórios desde a citação (c) ser confirmada e tornada definitiva a liminar, vez que a anulação da avença importa em não mais serem efetivados os descontos.

Impõe-se, ainda, a indenização por danos morais.

Normalmente este juízo não reconhece a existência de lesão extrapatrimonial em casos de contratação viciada, pois normalmente os prejuízos não desbordam da esfera patrimonial.

No caso em tela, porém, o depoimento pessoal do autor comprova a sua manifesta vulnerabilidade e hipossuficiência, assim como que ele foi claramente manipulado pelos prepostos dos réus, induzido em erro, o que reforça a sua convicção pessoal de que foi enganado.

A conduta dos prepostos, em relação ao autor, foi quase que dolosa.

Por tais circunstâncias, há um sentimento superior ao mero aborrecimento ou dissabor, mas sim a percepção de que se foi vítima de um engodo. Verdadeiro transtorno psíquico, a justificar lenitivo de ordem pecuniária pelo abalo real ao seu direito de personalidade.

Quanto ao valor da indenização, entendo que o montante de R\$ 5.000,00 coaduna-se com a função compensatória no caso de dano moral, assim como guarda proporção com a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

gravidade da culpa, sem caracterizar enriquecimento sem causa ao autor.

Julgo procedente a ação para, nesta ação movida por José Francisco da Silva contra Banco BMG S/A e Onix Empréstimos Consignados para (a) anular os contratos de cartão de crédito consignado de págs. 84/85 e de saque mediante a utilização do cartão de crédito consignado de págs. 86/88 (b) confirmar e tornar definitiva a liminar de págs. 31/32 (c) condenar o autor na obrigação de pagar ao réu Banco BMG S/A a quantia de R\$ 1.429,00, com atualização monetária pela Tabela do TJSP desde 10/09/2017, sem juros moratórios (d) condenar os réus solidariamente na obrigação de pagarem ao autor o montante equivalente a todos os descontos efetuados de sua folha de pagamento em cumprimento aos contratos anulados, com atualização monetária pela Tabela do TJSP desde cada desconto e juros moratórios de 1% ao mês desde a citação (e) condenar os réus solidariamente a pagarem ao autor a quantia de R\$ 5.000,00, com atualização monetária pela Tabela do TJSP desde a presente data, e juros moratórios de 1% ao mês desde a citação.

Sem verbas sucumbenciais, no juizado, no primeiro grau.

P.I.

São Carlos, 15 de junho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**